



SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL: A ESCOLA COMO VEÍCULO REPRODUTOR DAS CONVENÇÕES DE GÊNERO

Estella Ferreira Gonzales¹
Felipe Bezerra de Amaro²

INTRODUÇÃO

O trabalho possui como intuito apresentar uma revisão bibliográfica acerca da exorbitância e dos impactos que a divisão de gênero implementada e constantemente perpetuada na educação infantil pode causar nos comportamentos das crianças, além de buscar compreender em como tais comportamentos condicionados pela estrutura educacional podem acarretar em uma futura geração intolerante e excludente. Entende-se como gênero uma construção social, onde são atribuídos papéis, comportamentos, características e expectativas às pessoas, baseado no sexo biológico no momento do nascimento de cada uma delas. Desse modo, o estudo busca utilizar a investigação descritiva fundamentada na compreensão e interpretação, com base em uma abordagem qualitativa por intentar captar a perspectiva das diversas teorias que permeiam a discussão entre vivências da educação infantil que corroboram com a segregação de gênero, além de contar com um processo indutivo de análise dos dados, tendo em vista que um meio educacional influencia e recebe influências da realidade em seu entorno, especialmente na educação infantil, por se tratar de um ambiente onde a convivência, a participação, a expressão e o autoconhecimento são direitos fundamentais para quem a frequenta. Mediante as análises das literaturas, percebe-se que as práticas de segregação de gênero são naturalizadas, até de forma inconsciente, por muitos professores e professoras da educação infantil podendo acarretar em comportamentos e ideologias nocivas.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal - PE, estella.gonzales@ufpe.br

² Graduando do curso de Pedagogia da Universidade Federal - PE, felipe.amaro@ufpe.br

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa se propõe a analisar a bibliografia referente à relação entre educação infantil e a perpetuação das convenções de gênero. Para a expor os dados obtidos das literaturas de forma clara e coesa, o material selecionado foi dividido em três grandes grupos: Performatividade, onde o foco é destinado às teorias acerca do gênero e da sexualidade; Relações sociais de gênero na educação infantil, abordando as pesquisas que discorrem sobre como se dá a relação de gênero entre as crianças nas salas de educação infantil e, por fim, uma sessão destinada aos professores(as) e ao currículo, que discorre sobre o papel do(a) professor(a) nesse esquema de perpetuação, ou não, dos papéis sociais de gênero.

PERFORMATIVIDADE

Os estudos acerca das questões identitárias de gênero apresentam uma aparente unanimidade em romper com a visão essencialista, ou seja, a “hipótese de “ser” um gênero, ou seja, alguém “é” homem ou mulher em função do sexo anatômico.” (MARTINS, 2016). Essa perspectiva essencialista sobre sexo e gênero é criticada por diversos estudiosos que dedicaram tempo e esforço nos estudos sobre esse campo, podemos destacar entre eles: Foucault, com sua investigação genealógica, Butler e Guacira Lopes Louro. Ambos autores pontuam acerca da construção cultural, social, histórica e discursiva da diferença de gênero, pautada na relação de poder entre diversas dicotomias (homem x mulher; feminino x masculino; heterossexual x homossexual), diferenças que não condizem com a dimensão natural do nascimento de um indivíduo, mas que até hoje são legitimadas como naturais.

“Poderíamos, então, dizer que as características tidas pela tradição como naturalmente masculinas ou femininas resultam de esforços diversos para distinguir corpos, comportamentos e habilidades de meninas e meninos. (FINCO; VIANA, 2009, pág. 268)

Seguindo nesta mesma linha de pensamento emerge o conceito de performatividade de gênero e concomitantemente a performatividade de gênero de crianças, com o intuito de compreender e explorar a concepção de que gênero se trata daquilo que é performado pelo indivíduo e suas expressões próprias, constituindo assim a sua identidade. “é o que



performamos, é ação que dá existência ao que nomeia (...) não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ' e x p r e s s õ e s ' tidas com seus resultados” (BUTLER apud MARTINS, 2016).

Ademais, vale ressaltar que tais convenções do que deve ser homem, mulher, masculino ou feminino, são valores impostos por adultos no processo de socialização das crianças.

RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE AS CRIANÇAS

Existem cenários onde as crianças reproduzem as relações de gênero que permeiam sua comunidade, no texto de Martins (2016), ele traz alguns relatos onde ocorreram essa reprodução: *“Os mesmos meninos, de diferentes turmas, comumente rotulavam todos os outros que se distanciavam do ideal de masculinidade valorizada e cultuado nas periferias de “viadinho”, isso instaurava um clima de tensão a qualquer expressão que poderia ser lida como feminina partindo de meninos” (MARTINS, 2016).* Outro cenário é de que as crianças da educação infantil, por ainda estarem no início do seu processo de socialização não se corromperam com os processos de hierarquização e diferenciação de gênero do mundo adulto, como afirma Finco (2003): *“Ao menosprezar ou desprezar papéis considerados masculinos ou femininos as crianças buscavam um companheiro para brincar e vivenciar momentos agradáveis, não importando ser homem ou mulher, ser menino ou menina.”* Um outro cenário, e talvez o mais importante, é o das crianças que transgridem essa convenção de gênero *“possibilitando enxergar novas formas de ser menino e de ser menina” (FINCO, 2003, pág. 89).* As crianças transgressoras das expectativas de gênero estão suscetíveis a punições e sanções, mediante suas agências, seja no ambiente escolar (como veremos no próximo tópico), ou em qualquer ambiente mediado por essa crença de que gênero é algo fixo e pré-determinado, algo natural, *“é, portanto, uma construção social que se dá nas relações entre as crianças e entre estas e os adultos, de acordo com cada sociedade e cada cultura. Ele é produzido, moldado, modificado, adestrado e adornado segundo parâmetros culturais” (VIANNA; FINCO, 2009, pág. 274).* Contudo, as crianças transgressoras não são uma exceção, ou casos isolados, mesmo que ainda sejam tratadas como excepcionalidades. Existe um controle dos corpos, que não só os disciplina, mas os forçam a cumprir com as expectativas das convenções de gênero, atribuindo os gostos, os saberes, as



performatividades e até acessos emocionais a uma dicotomia nociva e estrita de homem e mulher (VIANNA; FINCO, 2009).

PROFESSORES E ESCOLA

Em busca de compreender e abranger a relação entre os professores e a escola com os estudantes e seus impactos na disseminação do heteroterrorismo (BENTO, 2011) deve-se em primeiro lugar considerar a performatividade como um mecanismo de controle. Tendo em vista os momentos em que as crianças não performam a norma prevista/esperada pela sociedade e conseqüentemente, pela comunidade escolar, é preciso retomar a falsa ideia do gênero concebido como algo natural, advindo do nascimento do indivíduo pois como defendido por Butler ao tratar do conceito de generificação: não há corpo existente à pré-inscrição cultural (BUTLER, 2003 apud MARTINS, 2016), desse modo, a criança ao nascer como um ser livre está apta a se expressar corporalmente de modo natural, ou seja, como se sentir à vontade para tal, divergindo de quaisquer rótulos de sexo e gênero impostos pelos adultos.

A partir do momento em que professores e a escola perpetuam e aceitam a lapidação de comportamentos tidos como femininos ou masculinos com a argumentação de sexo biológico como algo natural, irão reprimir comportamentos e expressões naturais advindas das crianças levando em consideração a binariedade de gênero e sexo imposta e desconsiderando o emocional da criança que será tolhido resultando em um ser comedido ao se expressar em diversos ambientes com receio de possíveis repressões.

Desse modo, a escola ao desnaturalizar o gênero enquanto algo biológico e oriundo do ser ao nascer abre mão da utilização de “pedagogias corretivas” (LOURO, 2004 apud MARTINS, 2016) ao evidenciar comportamentos não estigmatizados, além de ser necessário considerar que o ambiente escolar não é o único espaço de socialização dos estudantes, portanto, tendo em vista a possibilidade de diversas restrições comportamentais que envolvem aquelas crianças fora de sala de aula, vê-se a necessidade da escola se tornar um local seguro para manifestações e expressões de gênero e para a normalização do mesmo a fim de estimulá-los a não reproduzir estereótipos de comportamentos e da binariedade de sexo e gênero.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A abordagem metodológica qualitativa do presente estudo se trata de uma pesquisa bibliográfica a qual possui caráter de natureza básica, tendo como objetivo o aprofundamento teórico acerca da relação infantil e gênero. A coleta e análise de dados foi realizada mediante a bibliografia escolhida a respeito da temática a qual fundamentou a pesquisa. O tratamento dos dados analisados corresponde à análise de conteúdo proposta por Bardin (1977).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fazer uma pesquisa bibliográfica sobre a relação da educação infantil e as teorias sobre a performidade e perpetuação das convenções de gênero foi um caminho propício, não só para saber em que ponto estamos nesta discussão, mas também para entender como e porquê esses discursos tradicionalmente essencialistas ainda ocupam tanto esforço e espaço na educação infantil.

É possível inferir com base nos dados coletados que não existe apenas um único motivo para a perpetuação desses valores. Começando pela concepção de gênero como algo natural, inerente desde o nascimento, que se perpetua até hoje. Contudo, os autores pós-estruturalistas de gênero rompem com essa visão, colocando o gênero como uma relação de poder, de controle dos corpos, fruto de uma dinâmica cultural, social, política e histórica.

Não obstante, é possível verificar o papel central dos adultos, professores ou não, e da escola na manutenção do sexismo e outras práticas segregacionistas de gênero. Como vimos anteriormente, as crianças passam por uma série de sanções normalizadoras (FINCO; VIANA, 2009) de controle de suas performatividades de gênero, para corresponder às expectativas de uma visão conservadora do que é ser homem e mulher. Entretanto, o universo infantil não é o mesmo do adulto, as crianças criam outras formas de se relacionar, de expressar o gênero e de performatividade (MARTINS, 2016). Porém, faltam conhecimento, empenho e políticas públicas de fomento sobre as discussões de gênero para que a escola e, conseqüentemente, os professores consigam problematizar suas práticas que normatizam e legitimam o sexismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o estudo se tornou visível a dificuldade dos docentes em quebrar estigmas e estereótipos comportamentais os quais são presentes e perpetuados na sociedade há anos, pois deve-se considerar que os docentes atuais destas crianças em formação foram crianças criadas e moldadas para se portarem de acordo com as convenções sociais e carregam consigo marcas deste ensino de modo interiorizado acabando por externalizar tais estigmas de modo inconsciente em pequenos momentos do cotidiano escolar (FINCO, 2003).

Fica possível observar que a escola não pode se manter neutra em questões de debates de gênero e sexualidade, pois será o local primordial em que a construção da identidade de gênero das crianças serão desenvolvidas e iniciadas, ao considerar que é no ambiente escolar que ocorre as primeiras interações e relações sociais com diversos sujeitos. Será através do debate e normalização de comportamentos que fogem do padrão binário que tornará a escola um ambiente acolhedor para crianças que se sentem preteridas e ponto de revolução da quebra do paradigma de intolerâncias incrustado na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENTO, Berenice Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2011, v. 19, n. 2 [Acessado 7 Junho 2022], pp. 549-559. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>>. Epub 10 Out 2011. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Proposições**, São Paulo, v. 14, ed. 3, p. 89-101, set./dez. 2003.

VEDOVATO MARTINS, J. R. Gênero, infância e periferia. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2016. DOI: 10.9771/cgd.v2i1.16538. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/16538>. Acesso em: 7 out. 2022.

VIANNA, Claudia.; FINCO, Daniela. Meninas e Meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, n. 33, p. 265-284, jul./dez. 2009.